



Ofício 131/2012

Itajaí, 20 de Julho de 2012.

Ao
Ilmo Sr. Fernando Ferreira
Presidente
Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – CONEPE

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, o **Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região – SINDIPI** vem por meio deste, manifestar posição contrária que trata da autorização de comercialização de camarões importados da espécie *Pleoticus mülleri* oriundos da Argentina.

Ao analisar essa questão, deve-se considerar a publicação da **Instrução Normativa MPA nº 14/2010**, que estabelece os procedimentos gerais para realização de análise de risco a importação – ARI, que pondera quanto a necessidade de proteção no que se refere ao risco de introdução no território nacional de agentes causadores de enfermidades que impactem negativamente a condição sanitária do país, a sustentabilidade das cadeias produtivas, a fauna brasileira e dá outras providências.

A importação de camarão para o Brasil figura-se em crise para o segmento nacional de produção, extração e beneficiamento desse crustáceo, o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas, e econômicas dificultarão o desenvolvimento nacional, aumentando assim o desemprego, o trabalho informal e a tributação dos produtos. Além de inviabilizar operacionalmente a frota nacional, estas medidas poderão acarretar em graves consequências às indústrias de beneficiamento, pela concorrência com produtos importados produzidos a custos muito inferiores ao produto nacional, levando a paralisação da cadeia produtiva. Com a diminuição do Custo Brasil o setor será motivado ao



desenvolvimento econômico, a ampliação as atividades de comércio exterior e melhorar as relações internacionais com os demais países do mundo.

Dentre as várias justificativas apresentadas, vale ressaltar que o setor produtivo teme os impactos que serão causados com a comercialização desse produto, constituindo entrave para o crescimento da pesca, gerando conflitos e comprometendo a sustentabilidade da atividade que será totalmente ameaçada com a importação desse produto.

Dessa forma, solicitamos que esse tema seja discutido com a maior brevidade possível no CONEPE envolvendo a cadeia produtiva de camarão no Brasil, onde em tempo hábil para a apresentação de propostas que reflitam a posição das partes interessadas com os embasamentos jurídicos e econômicos pertinentes. Observamos que em recente reunião com o Senhor Átila Maia, o secretário executivo do Ministério da Pesca, alertou sobre a pressão que o governo argentino vem depositando no Brasil para que seja autorizada a comercialização de camarões, garantido esse espaço o setor poderá atuar junto aos órgãos governamentais nessa discussão.

Atenciosamente,



Giovani Monteiro
Presidente SINDIPI